

EDUCAÇÃO

V.8 • N.3 • Publicação Contínua - 2020

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2020v8n3p455-468



A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SÉCULO XXI: A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NESTA MODALIDADE DE ENSINO

EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS IN THE 21ST CENTURY: THE EXPANSION OF DISTANCE EDUCATION IN THIS MODALITY OF TEACHING

LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN EL SIGLO XXI: LA EXPANSIÓN DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA EN ESTE MODALIDAD DE ENSEÑANZA

Desire Luciane Dominschek¹
Gabriele de Andrade Pilletti²

RESUMO

O artigo buscar compreender os processos que ocorreram à efetivação da Educação de Jovens e Adultos, buscando ressaltar as dificuldades que os alunos possuem, visto as demandas do século XXI, como a introdução do jovem no mercado de trabalho. Tratar das novas demandas deste século é imprescindível um olhar para a aprendizagem por meio das novas plataformas virtuais disponíveis e acessíveis. Se a Educação de Jovens e Adultos se encontra fragmentada, ou até tida como desnecessária, apresentamos neste artigo a necessidade de uma formação que garanta o pleno desenvolvimento do aluno e do tutor, na visão da Educação por EaD, que é um campo que está em desenvolvimento e que encontra dificuldade tanto na acessibilidade e na permanência, levando em conta o outro viés do tutor que prepara e orienta as rotas de aprendizagem para os alunos que estão em processo de alfabetização. O objetivo deste artigo é retratar o tutor e como é realizado seu trabalho para os jovens, com seus anseios e dificuldades, bem como os pontos positivos. Analisar a Educação de Jovens e Adultos a distância é encontrar dificuldades e retratar a desistência e/ou a persistência, mesmo com a dificuldade devido ao trabalho ou as relações sociais, mas também mostrar o quanto tem crescido e dado oportunidade de acesso ao ensino médio e a formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE

Educação a Distância. Tutor. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

The article seeks to understand the processes that occurred in the effectiveness of the Education of Young and Adults seeking to highlight the difficulties that students have, given the demands of the 21st century, such as the introduction of youth in the labor market. Addressing the new demands of this century requires a look at learning through the new available and accessible virtual platforms. If the education of young people and adults is fragmented, or even considered as unnecessary, we present in this article the need for a formation that guarantees the full development of the student and the tutor, in the vision of Education by EaD, which is a field that is in development and who finds difficulty in both accessibility and permanence, taking into account the other of the bias of the tutor who prepares and guides the learning routes for students who are in the process of literacy. The purpose of this article is to portray the tutor, and how his work is done for young people, with their yearnings and difficulties as well as the positives. Analyzing Youth and Adult Education in the distance is to find difficulties and portray the withdrawal and / or persistence, even with the difficulty due to work or social relations, but also to show how much has grown and given access to high school and continuing education.

KEYWORDS

Distance Education. Tutor. Youth and Adult Education

RESUMEN

El artículo busca comprender los procesos que ocurrieron la efectividad de la Educación de Jóvenes y Adultos buscando resaltar las dificultades que los alumnos poseen, visto las demandas del siglo XXI, como la introducción del joven en el mercado de trabajo. Tratar de las nuevas demandas de este siglo es imprescindible una mirada al aprendizaje a través de las nuevas plataformas virtuales disponibles y accesibles. Si la Educación de Jóvenes y Adultos se encuentra fragmentada, o hasta tenida como innecesaria, presentamos en este artículo la necesidad de una formación que garantiza el pleno desarrollo del alumno y del tutor, en la visión de la Educación por EaD, que es un campo que está en el desarrollo y que encuentra dificultad tanto en la accesibilidad y en la permanencia, teniendo en cuenta el otro del sesgo del tutor que prepara y orienta las rutas de aprendizaje para los alumnos que están en proceso de alfabetización. El objetivo de este artículo es retratar al tutor, y cómo se realiza su trabajo para los jóvenes, con sus anhelos y dificultades, así como los puntos positivos. Analizar la Educación de Jóvenes y Adultos a distancia es encontrar dificultades y retratar la desistencia y / o la persistencia, incluso con la dificultad debido al trabajo o las relaciones sociales, pero también mostrar cuánto ha crecido y dado oportunidad de acceso a la enseñanza media y la formación continuada.

PALABRAS CLAVE

Educación a Distancia. Tutor. Educación de Jóvenes y Adultos.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a cada dia surgem novas plataformas virtuais, e a Educação como desenvolvimento político e pedagógico, se apropria das intervenções da sociedade, que trazem novas bagagens de conhecimento e desenvolvimento humano para melhor compreensão dos acontecimentos cotidianos e científicos, que narram nossa história e fazem parte da nossa apropriação de cultura. Na educação superior a educação a distância, tem sido a oportunidade do ingresso a formação e continuidade educacional.

O professor que se situa, como docente na tutoria, vislumbra os pontos negativos e positivos, em que busca atingir seus objetivos na aplicação da rotatividade da atividade, mas também na dificuldade do acesso do aluno ao ambiente virtual. Ensinar a distância para jovens e adultos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é compreender todo o processo emancipatório que se concretiza nos períodos da história, visto o respaldo e a importância que se tem dado ao “Ser” em processo de alfabetização, se encontrando como secundária e sem maior interesse do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica (PIERRO, 2001). É preciso pensar não apenas como ocorreu, mas como foi legitimada. Como vemos historicamente, efetuou-se a passos largos e hoje está se fragmentando, devido aos modelos econômicos e a inserção do jovem no mercado de trabalho.

Porém com as novas demandas do mercado de trabalho, acentuado pelo capitalismo, vemos que a educação de jovens e adultos se encontra fragilizada, principalmente com relação aos jovens que necessitam do ingresso prematuramente no mercado de trabalho, para seu próprio sustento e de sua família. Faz com que se tenha um olhar diferenciado, ciente que a maioria é formada de trabalhadores e nesta parcela se encontram os que estão engajados na educação à distância.

Assim, destacamos neste artigo como objetivo apresentar a modalidade Educação a Distância – EaD, na mediação da EJA para jovens no ensino médio, destacando pontos para reflexão do tutor da área de EaD, devido as demandas do século XXI, considerando a formação do educador de jovens e adultos e os aspectos de formação continuada, analisando o processo legislativo do ensino médio na EaD, mostrando o processo didático pedagógico junto ao estudante na EJA. Estas reflexões devem viabilizar maneiras de conseguir atingir a formação completa, de forma que se tenha rendimento e que o tutor esteja engajado com a proposta para o público da EJA, que vem de um condicionamento social, no qual, a instituição precisa ter a relação humana de que existe a dificuldade por ambas as partes, tanto de quem avalia como de quem está em processo de aprendizagem.

Não ter o olhar da pesquisa e do aprimoramento na educação de EJA é excluir e ir contra as políticas de emancipação pedagógica, não se efetivando a democracia e não atendendo ao currículo histórico crítico de igualdade e acesso para todos. Neste sentido temos como objetivo analisar o pro-

cesso legislativo que se encontra a EJA e partir da efetivação de políticas que contribuam para que principalmente os jovens tenham uma educação a distância com qualidade e que o tutor tenha uma formação continuada para romper com paradigmas, desistências e trazer sentido ao aluno de EJA.

Como metodologia foi usado a pesquisa qualitativa baseada em Severino, (2008) em que debatemos a dificuldade do tutor ao trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos, tendo como princípio o contexto que se concretizou a EJA e a demanda no ensino a distância, com relatos da experiência profissional e como é trabalhar como tutor em uma instituição privada, desenvolvendo atividades e sanando as dúvidas dos alunos. Tem como contribuição os autores que debatem e possuem uma visão crítica da educação, como Sérgio Haddad, Maria Clara Di Pierro, Maria Luiza Belloni e Paulo Freire.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UM CONTEXTO HISTÓRICO

A educação de jovens e adultos começou com os Jesuítas no período colonial de XVI e XIX, vindo das missões com o objetivo de transmitir normas e comportamentos (DI PIERRO, 2000) porém com a expulsão dos Jesuítas do Brasil viu-se a educação fragmentada e sem nenhum reconhecimento. Com a primeira Constituição Republicana em 1891, tendo como característica a descentralização do governo nas Províncias e municípios a responsabilidade pública pelo ensino básico, descaracterizando toda a emancipação pedagógica, caracterizando o analfabeto como um indivíduo que não tem condições de ser considerado como agente transformador e com direitos, que traz como lei o voto facultativo apenas a cidadãos com a idade superior a 21 anos e alfabetizado, no que tange a eleições federais ou para os Estados (CONSTITUIÇÃO, 1891, Art 70-2º).

Apenas nos anos 1940, se conseguiu vislumbrar por meio do panorama de estudos e pesquisas, como forma de desenvolvimento em conjunto com a política educacional, a necessidade da educação nas camadas populares, sendo pela primeira vez reconhecida pelos órgãos federais, como a abertura do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, no mesmo ano, entre outras campanhas para a erradicação do analfabetismo.

Porém só teve maiores proporções e começou a se ter uma reflexão pedagógica, com o educador brasileiro Paulo Freire³. No começo dos anos 1960, Freire trouxe uma nova perspectiva, quebrando com

3 Paulo Reglus Neves Freire, educador progressista, conhecido no Brasil e exterior apenas como Paulo Freire, nasceu em Recife-PE, em 19 de setembro de 1921. Foi professor de língua Portuguesa e Filosofia da Educação. Foi diretor no setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI), órgão recém-criado pela Confederação Nacional da Indústria, no qual teve seu primeiro contato com a educação de adultos/trabalhadores. Estendeu seus estudos na área da Educação, buscando suprir o déficit na alfabetização de adultos, participando de movimentos das massas populares, o que marcou profundamente sua formação profissional e política. Sua formação partindo da classe trabalhadora foi motivo em 1964 com o Golpe Militar, para ser preso por 70 dias e depois exilado no Chile, no qual continuou a desenvolver trabalhos para educação de adultos. Em 1980, com a anistia, retornou ao Brasil, estabelecendo-se em São Paulo. Por seu trabalho na área educacional, foi reconhecido mundialmente, por lutar para que um grande número de brasileiros e brasileiras tivesse acesso à leitura e compreensão de mundo. É o brasileiro com mais títulos de Doutor Honoris Causa de diversas universidades, são 41, ao todo, entre elas, Harvard, Cambridge e Oxford. Faleceu em 2 de maio de 1997, em São Paulo.

paradigmas trazidos pela própria Constituição. Sua visão era uma educação libertadora que trouxesse a emancipação do sujeito que era tido como ignorante e que não conseguia atuar na sociedade, sendo obrigado a se sujeitar a trabalhos inferiores que só utilizavam o esforço físico e não o mental, mas, “Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a paciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação” (FREIRE, 2002, p. 112).

Dentro de suas teorias, traz a “educação bancária” que é vista como uma educação que não tem a participação do aluno, mas apenas um “depósito” do conhecimento;

A educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 2005, p. 66).

O que não traz a formação de um sujeito crítico e não estando apto para transformar e atuar na sociedade, é preciso saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 2015). Paulo Freire tinha como característica metodológica partir sempre do conhecimento já adquirido pelo aluno, visando toda a aprendizagem, sendo ela no senso comum, na atividade social ou científica.

[...] embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 2015, p. 25).

O Brasil se encontrava com um grande índice de analfabetismo e, os cortes e a rígida atuação militar, dificultou ainda mais o acesso aos locais que lecionavam para EJA. Mas era preciso suprir essa deficiência na educação, que atingia diretamente na porcentagem do nível de escolaridade, que tentavam conciliar com os níveis escolares internacionais. A estratégia adotada pelos militares foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, que tinha como objetivo as pessoas que não conseguiram atingir os alvos do sistema educacional e escolar, entretanto era uma forma de manipulação dos militares. Sendo efetivado sem a participação de professores e a da sociedade.

[...] buscava-se ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime, no momento em que está se estreitava junto às classes médias em face do AI-5, não devendo ser descartada a hipótese de que tal movimento tenha sido pensado também como instrumento de obtenção de informações sobre o que se passava nos municípios do

interior do país e na periferia das cidades e de controle sobre a população. Ou seja, como instrumento de segurança interna. (PAIVA, 1982, p. 99).

Acreditava-se que por meio do MOBRAL, o país iria diminuir a taxa de analfabetismo, porém foi muito criticado com relação ao financiamento e o pouco tempo destinado a alfabetização em si e ao financiamento duvidoso, ocasionando o fim do MOBRAL em 1985, sendo substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, que articulou com o Ensino Supletivo, o qual tinha por característica a fragmentação da Educação e a formação de mão de obra marginalizada, ou seja, para o mercado de trabalho. Com a alfabetização de adultos se via a porta de saída para os grandes índices nacionais, para reforçar e aumentar o desenvolvimento capital. “Na visão dos legisladores, o Ensino Supletivo nasceu para reorganizar o antigo exame de madureza, que facilitava a certificação e propiciava uma pressão por vagas nos graus seguintes, em especial no universitário” (DI PIERRO, 2000, p.20)

Os professores do ensino regular, se adaptavam, por meio de cursos de aperfeiçoamento caso não tivessem os professores preparados para lecionar no Supletivo, dada a formação específica que recebiam. É notório que, diferente dos objetivos iniciais que era para a uma qualidade de ensino que atingisse a todos, não foi aderida, visto a demanda para o mercado de trabalho, tendo como característica a função técnica, alinhada com exames de aptidão, que excluía a classe de chão de fábrica, que não tinham um estudo de caráter científico.

Dentro dessa lógica, a questão metodológica se ateu às soluções de massa, à racionalização dos meios, os grandes números a serem atendidos e que desafiavam o dirigente que se propusesse a educar toda uma sociedade. Colocando-se esse desafio, o Ensino Supletivo se propunha priorizar soluções técnicas, deslocando-se do enfrentamento do problema político da exclusão do sistema escolar de grande parte da sociedade. Propunha-se realizar uma oferta de escolarização neutra, que a todos serviria. (DI PIERRO, 2000, p.20)

Tinha-se sempre como cunho a flexibilidade e oportunidade de acesso, atrelado a posicionamento da legislação educacional, previsto pela Lei 5692/71 àqueles que não haviam realizado ou completado na idade própria a escolaridade obrigatória (DI PIERRO, 2001), incluindo nos estudos o ensino a distância.

A partir da Constituição de 1988, que se materializou e houve um reconhecimento da educação de jovens e adultos, responsabilizando o Estado pela proposta de um ensino público, gratuito e universal. Que constam no art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2016, on-line).

Atualmente, após a reformulação das leis:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na

idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009), (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; (BRASIL, 2016, on-line).

Mesmo o Estado se responsabilizando por essa oferta, não houve uma interferência relativa, capaz de suprir com as necessidades do momento o que desencadeou alternativas para acelerar o déficit de analfabetos no país, buscando um apoio técnico e financeiro de órgãos da sociedade civil que tivessem iniciativas inovadoras da educação básica de jovens e adultos (DI PIERRO, 2000).

Com a entrada de Fernando Collor de Mello em 1990, a Fundação Educar foi extinta, ocasionando descentralização da educação básica de jovens e adultos, a caracterizando até como desnecessária;

Personalidades influentes sobre as políticas educacionais, como o ex-Ministro José Goldenberg e o consultor Cláudio Moura Castro, bem como os já falecidos Senador Darcy Ribeiro e Sérgio Costa Ribeiro, pesquisador do IPEA, declararam publicamente opor-se a que os governos invistam na educação de adultos, argumentando que os adultos analfabetos já estariam adaptados à sua condição e que o atraso educativo do país poderia ser saldado com a focalização dos recursos no ensino primário das crianças. (BEISIEGEL, 1997, apud DI PIERRO, 2000, p. 121).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996, trouxe uma visão do ensino supletivo, com cursos e exames “Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”, para conseguir suprir a necessidade daqueles que precisavam da educação básica, baixando a idade mínima “I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;” para ensino fundamental e “II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos”, para o ensino médio.

Esse movimento de inseri-los nas classes de estudo regulares, não teve no seu currículo uma efetiva adequação, dando ênfase na educação primária, assim, desestimulando a educação de jovens e adultos, aumentando o número de analfabetos funcionais, além da falta de investimento por parte do governo, tornando cada vez mais precária a oportunidade de uma educação continuada ao mesmo tempo que a formação do cidadão se constitui cada vez mais forte com o mundo do trabalho, quando o público da educação básica é constituído por jovens e adultos já inseridos no mercado de trabalho, entretanto, essa segmentação entre formação geral e capacitação profissional dificilmente se sustenta (DI PIERRO, 2001), o que entra em processo como emancipação a educação a distância para incluir essa parcela que está inserida nas classes que provém do trabalho como sustento e manifestação.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EAD: O JOVEM E SUA FORMAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

Dadas as análises da conjuntura no início da EJA, bem como sua efetivação, vemos um novo ator, a EaD, que vem crescendo devido a princípios capitalistas e neoliberais. Com a expansão do capitalismo, por meio do desenvolvimento econômico e a entrada do mercado estrangeiro, houve uma industrialização que atingiu a toda população, pois interferiu nos serviços públicos da área da saúde, educação, transporte etc., o qual, segundo Giddens (1994 apud BELLONI, 2015, p. 11), foi-se organizando em bases fordistas, ou seja, em larga escala, de “massa” que interferiu na ação do Estado.

No prazo de três anos o Governo FHC, em uma política de continuidade, criou, em 1992, a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância no MEC, seguida, em 1995, da Secretaria de Educação a Distância (Seed). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 consagrou atenção à EaD no país, dedicando-lhe o artigo 80, exarando que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e nas modalidades de ensino e de educação continuada. À União ficou reservado, pelo Decreto 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, o credenciamento das instituições para esse fim, cabendo, aos respectivos sistemas de ensino, as normas para a produção, controle e avaliação de programas de EaD e a autorização para a sua implementação. (ORSO *et al.*, 2014, p. 82).

Na Educação, o modelo fordista ficou evidenciado por meio da universalização do ensino fundamental, tendo um planejamento secundário e no que tange aos processos educacionais, a utilização de modelos industriais: a tecnologia educacional (EVANS; NATION, 1992 apud BELLONI, 2015, p. 12).

O estudante a distância que vem se constituindo como ser inacabado, perpassa pela exigência do mercado de trabalho, mas que também perpassa pelas demandas de necessidade própria, que o capital o induz a ser. Demonstrando-se como classe, trabalhador, proletário e que a todo momento precisa se adaptar.

As características fundamentais da sociedade contemporânea que mais têm impacto sobre a educação são, pois, maior complexidade, mais tecnologia, compressão das relações de espaço e tempo, trabalho mais responsabilizado, mais precário, com maior mobilidade, exigindo um trabalhador multicomponente, multiqualificado, capaz de gerir situações de grupo, de adaptar-se a situações novas, sempre pronto a aprender. Em suma, um trabalhador mais informado e mais autônomo. (BELLONI, 2015, p. 41).

Como cita Belloni, o estudante precisa ser ativo no seu aprendizado, pois a EaD exige uma autonomia, a qual só poderá se realizar no campo do conhecimento, por meio da busca pela informação, adaptação e gestão do tempo.

Porém, é como o próprio objetivo do ensino a distância propõem ao surgir para trazer uma oportunidade de inserção do trabalhador no campo da educação superior, ele não supre a falta de investi-

mento e não possui em seu campo científico estudos para compreender como acontece a relação do professor e aluno da EaD, o que é denominado como Tutor. Mas a frente abordaremos sobre o diálogo entre o tutor e o estudante de EaD na perspectiva da EJA.

Não obstante, queremos trazer no momento, ao artigo, a reflexão do trabalhador que está inserido neste ambiente virtual, dado a dificuldade de se manter e a que público se destina, visto que hoje houve um crescimento de jovens que ainda não concluíram o ensino médio regular e a II etapa do ensino fundamental, devido as condições como citamos acompanhados das reflexões de Belloni, que em suma não conseguem concluir devido a inserção no mercado de trabalho. “Ao mesmo tempo em que é o ato fundante do ser humano, o trabalho é, em suas diversas manifestações concretas, aquilo que assegura a continuidade do cada vez mais complexo processo de humanização” (ANTUNES, 2012, p. 24).

Ao mesmo tempo que a sociedade cria condições para a emancipação da Educação, por meio dos conhecimentos científicos e a facilidade de acesso, como as plataformas virtuais, ela se nega a investir completamente, ocasionando como moeda de troca, o trabalho, pelo estudo “[...] sempre com a finalidade de promover o desenvolvimento individual tendo em vista o exercício da cidadania e a preparação para o mercado de trabalho, que são as funções históricas da escola” (LEONEL *et al.*, 2006, p. 55). Outro fator que impulsiona o jovem que não concluiu o ensino médio a adentrar na EJA a distância, é pelo mesmo fator do trabalho, pela exigência de uma qualificação, em virtude das demandas e exigências do profissional do futuro, o qual precisa ser um profissional mais ágil e que esteja integrado com a tecnologia.

É neste contexto que contribuir para que o ensino a distância disponibilize acesso em qualquer lugar e tempo, para diminuir a distância entre busca de informações. A educação a distância é necessária para oportunizar, mas não somente para o acesso, mas para romper barreiras, ao mesmo tempo que ingressar novamente na rotina de estudo, sem o preparo e com o cansaço é quase que impossível ter uma educação com qualidade. Apenas oferecer o ingresso não garante a plena compreensão e desenvolvimento autônomo, é preciso ter um olhar diferenciado para o aluno de EJA, compreendendo suas limitações e circunstâncias providas do fluxo de atividades que esse estudante desenvolve no seu cotidiano. Onde a escola precisa estar ciente e se apropriar de um currículo que atenda a esta demanda.

[...] as reformas se apresentam politicamente bem definidas e envolvem a estrutura administrativa e pedagógica da escola, a formação de professores, os conteúdos a serem ensinados, os fundamentos teóricos a serem seguidos e o modelo a serem ensinados, os fundamentos teóricos a serem seguidos e o modelo de gestão a ser aplicados. É nesse contexto que os órgãos governamentais brasileiros evidenciam a necessidade de adequação do trabalho docente às novas exigências profissionais advindas das inovações tecnológicas e da consequente mudança do mundo do trabalho apregoado pelos princípios de flexibilidade e eficiência. Assim, o Estado regulador e avaliador intervém na questão, procurando instituir mecanismos que induzam os docentes a adequarem as atividades inerentes à profissão de acordo com os resultados almejados pelos interesses do mercado. (MALANCHEN, 2015, p. 4).

Conciliar trabalho, estudo, família e atividades alheias as de caráter comum, é uma tarefa da qual o profissional que leciona no campo da educação a distância precisa estar ciente. Exigir desse estudante uma visão de mundo mais ampla, e crítica vem se tornando cada vez mais difícil, pois a falta de tempo para ida em museus, ler um livro ou um periódico, tem sido cada vez menor, dadas as circunstâncias do dia a dia. O estudante já vem para o ensino a distância com a mentalidade de aceleração, vinda do social e a facilidade de conciliar o tempo com o esforço de concluir os estudos, que na sua maioria é para a conclusão da primeira graduação.

Não podemos também deixar de observar que a oferta da EJA é mais acessível, entramos no erro de caracterizar a EaD como a plena educação para o futuro, visto que, porém, o acesso da EJA na sala de aula presencial precisa ser efetivado, com um currículo que garanta o pleno desenvolvimento. Abordar a EJA como desnecessária devido ao avanço tecnológico e social, é excluir de vez com uma Educação que tem como base o desenvolvimento pleno e histórico, pois ao mesmo tempo que olhamos para o presente, o consideramos com as relações do passado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foi analisada toda a conjuntura da EJA, no espaço da educação a distância, focando nas dificuldades do tutor pela metodologia da extração de uma entrevista qualitativa que pode mostrar as demandas e como ocorre o processo de emancipação pedagógica na tutoria.

Partir do contexto histórico da EJA, é mostrar como foram homologados as Leis que vigoram hoje por meio da LDB 9.394/1996 e que conseguimos acompanhar pela Base Nacional, pois, antes da Constituição de 1988, não se tinha nem acesso a voto, eram tidos como ignorantes. Sempre com muita dificuldade e persistência, a EJA se via em processo de construção e desconstrução, passando por uma ditadura militar em 1964, desarticulando todo seu contexto e construção, se tornando cada vez mais técnica e com objetivos de aceleração dos estudos, tendo um grande professor e historiador, como Paulo Freire exilado pelas convicções de uma classe emancipatória e coadjuvante na atuação do Estado e da sua própria construção como “Ser” inacabado.

Mudanças só foram vistas com a nova república, com Leis que deram suporte para a ação do Estado, mesmo que se desresponsabilizando das ações financeiras, dado as criações de muitas organizações terceirizadas para o ensino da EJA. Não vislumbrar as ações que ocorrem no processo histórico da educação de adultos, é ocultar a passagem do progresso, bem como o retrocesso do contemplamos na atualidade.

As novas atuações neoliberais e as terceirizações, foram o stop in para trazer um novo modelo de Educação, que é a Educação a Distância, a qual trouxe avanços na forma do acesso e conclusão das séries iniciais e ao Ensino Médio, porém a forma que ocorreu não aconteceu na forma de emancipação, mas de mão de obra qualificada e barata, desconstruindo todo o processo de uma Educação com qualidade, característico do capitalismo que dá o acesso, porém a qualidade ou com a produção dela não existe retorno, o que é em peculiar da classe trabalhadora, em que se constrói por meio do trabalho e também se modifica a partir dele.

Todo este movimento da sociedade traz o ingresso dos jovens na EJA, sendo à distância, buscando uma qualificação e mais flexibilidade, pois o tempo não é proveitoso quando se está envolto das demandas do capital que é o orientador de sua sobrevivência e, para as “minorias”, da própria família, que faz parte dos dados estatístico da evasão escolar.

O profissional da Educação a Distância precisa compreender o movimento da sociedade e como ela se estabelece, bem como olhar para o presente, analisando o passado, pois é por meio deste olhar humano e científico do tutor, que é o profissional educacional, o qual estará como mediador no processo de transmissão e assimilação.

O Tutor deve estar sempre buscando uma melhor qualificação e estar em constante busca de informações para ajudar a sanar as dúvidas de seus alunos, pois tutor é ser professor, o qual estará lidando como ocorre na tutoria, com mais de 2 mil alunos e esse processo não ocorre de forma linear ou sem rupturas, pois esse seguimento passa pelas dificuldades dos alunos, visto que muito que se inserem novamente no campo da educação, já estão a anos longe da escola e de todo o cotidiano escolar, o que na EaD exige um aluno mais autônomo, o que na atual conjuntura se mostra cada vez mais difícil participar dos movimentos sociais e culturais.

O tutor só irá construir uma educação emancipatória e que supra as necessidades dos alunos, por meio de uma formação continuada e ter como característica da sua personalidade a afetividade, buscando sempre olhar para o aluno que está por detrás de todo o processo tecnológico da EJA, fazendo com que aquele jovem ou adulto, ao se inserir no mercado de trabalho, tenha um senso crítico e que possa atuar na sociedade de forma que atinja seus objetivos e se desenvolva epistemologicamente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Caio. **A educação em mézários**: trabalho, alienação e emancipação. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 7. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2015.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, em 18 de fevereiro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 de março de 2010

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acesso em: 13 de março de 2010

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Consulta tendo em vista a resolução cee/sc 64/98 e cne/ceb 01/2000. Despacho do Ministro em 13/6/2001. **Diário Oficial da União** de 15/6/2001, Seção 1, p. 69. Relator: Sylvania Figueiredo Gouvêa. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB011_2001.pdf. Acesso em: 12 de março de 2010

DI PIERRO, Maria Clara. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, novembro 2001.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sérgio. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; UNESCO, 1996.

MALANCHEN, Julia. **Políticas de formação de professores a distância no Brasil: uma análise crítica**. Campinas-SP: autores associados, 2015. (Coleção Formação de Professores).

MARTINS, Lígia Márcia. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2015. (Coleção Formação de Professores).

MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva. **Educação de jovens e adultos: as contribuições de Paulo Freire**. Universidade Católica Dom Bosco, 2014. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.

ORSO, Paulino José. *et al.* **Sociedade capitalista**, educação e as lutas dos trabalhadores. São Paulo: Expressões, 2014.

PAIVA, Vanilda. **Mobral: um desacerto autoritário I, II e III**. Rio de Janeiro: Síntese; Ibrades, n. 23-24. 1981-1982.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. Rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Leôncio. O educador de jovens e adultos e sua formação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 83-100, jun. 2008.

Recebido em: 10 de Maio de 2019

Avaliado em: 31 de Maio de 2019

Aceito em: 31 de Maio de 2019



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Doutora em Educação na área de Concentração: Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Membro do grupo de estudos; História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR; Mestre em Educação na área de concentração: História e Historiografia da Educação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico e Ciência Política – UFPR; Graduada em pedagogia – UFPR; Professora de História da Educação do Centro Universitário Internacional Uninter; Experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação. E-mail: desiredominschek@hotmail.com

2 Doutora em Educação na área de Concentração: Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Membro do grupo de estudos; História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR; Mestre em Educação na área de concentração: História e Historiografia da Educação, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico e Ciência Política – UFPR; Graduada em pedagogia – UFPR; Professora de História da Educação do Centro Universitário Internacional Uninter; Experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação. E-mail: gabrieli@hotmail.com



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

